

SALAS DE LEITURA E FORMAÇÃO INVENTIVA DE PROFESSORES, UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE LIVROS, LEITORES E MEDIADORES DE LEITURA.

<https://orcid.org/0000-0003-3234-9138> Vanusa Maria de Melo ^A

^A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 23 out. 2025 | Aceito em: 23 out. 2025

Em *Salas de leitura e formação inventiva de professores*, livro objeto desta resenha, resultante de sua dissertação de mestrado realizado na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), Liliana Secron debate a formação de professores das salas de leitura da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Sua pesquisa, orientada por Rosimeri de Oliveira Dias, que também prefacia a obra, evidencia experiências de cinco professoras daquele contexto, as quais contribuem para o trabalho enquanto professoras-intercessoras.

A obra aqui estudada mobiliza elementos de uma cartografia conjugados a uma escrita que parte não só da experiência da autora no campo investigado, mas também de sua confessada paixão pelo tema a que se dedica, o que, considera, amplia perspectivas, diferentemente do que pode supor certo saber acadêmico, que ainda insiste na ideia de que as paixões e a proximidade entre pesquisadores e campo de pesquisa pode comprometer negativamente a observação da realidade.

Além das considerações iniciais e finais, o livro está dividido em três capítulos: “salas de leitura e suas territorialidades”; “Heterotopias e princípios das salas de leitura” e “Salas de leitura como dispositivo para uma formação inventiva de professores: uma tecitura de encontros.

Inicialmente, logo após algumas considerações sobre a complexidade da escrita acadêmica, que muitas vezes enrijece e limita o que se quer expressar e sua necessidade pessoal de desestabilizar certezas e problematizar mais do que responder, a autora introduz a obra de modo a mostrar, de cara, sua disposição para fraturar formas fixas, ao avisar que está “começando pelo meio”, título da seção. Ali, Liliana Secron, conta do início de sua trajetória como docente da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, dos impactos vivenciados na sala de aula, desejosa de falar *com* seus alunos, não *para* eles.



2025 **Melo**. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Professora de língua portuguesa lotada em uma escola municipal localizada em espaço periférico da cidade, na zona oeste, Secron narra os percalços de sua chegada à unidade escolar cuja sala de leitura, empoeirada, jamais havia sido utilizada. Tendo percebido que seus alunos somente davam uma trégua na agitação quando ela gritava ou lia com eles, sabendo que não poderia viver aos gritos e consciente de sua paixão pessoal por literatura, a professora entende que a relação ali iniciada precisava passar pela sala de leitura, o que lhe remonta a uma conversa com sua mãe, também professora da rede, já aposentada, para quem o trabalho em sala de leitura era *a cara* da filha. Para aquela mãe educadora, o trabalho no espaço da sala de leitura exige gosto por atuar de maneira dinâmica, por ler, amor pelas artes e pelos livros, característica que identificava na filha professora. A leitura deste livro nos mostra que sua intuição não estava errada.

Na seção introdutória, Liliana Secron parte da dúvida que impulsiona sua pesquisa: o que é uma sala de leitura? Iniciando o trajeto percorrido para entender o espaço no qual atua, a autora fala dos encontros que atravessaram sua trajetória, sendo o primeiro deles o encontro com o território da sala de leitura e com as profissionais que o compõem. Ficam claras nessas notas iniciais também algumas posturas da autora que revelam suas escolhas teóricas e políticas. Temos no livro a opção de lidar com as interlocutoras da pesquisa como professoras-intercessoras, como forma de indicar a importância delas na geografia da pesquisa, mesmo papel atribuído aos autores com quem dialoga no que chama de “conversas”, talvez como forma de demarcar certa aproximação com esses sujeitos. São intercessoras as professoras, identificadas por números no texto, estratégia de preservação de identidades dos sujeitos, como são Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Rosimeri Dias e Manoel de Barros.

Destaca-se ainda o uso do diário de campo, do qual são extraídos trechos que evidenciam ações e reflexões da autora, inclusive sobre as tensões da escrita efetuada no contexto de explosão da ideologia bolsonarista que elegeu Jair Bolsonaro presidente, Wilson Witzel governador do estado e que já contava com Marcelo Crivella como prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Passemos então ao capítulo 1 — Sala de leitura e suas territorialidades —, iniciado com registros da dificuldade de definir o que é uma sala de leitura. Não à toa, a autora opta por lidar com vieses da filosofia, apoiada em Foucault, Deleuze e Guattari, e com a poesia, conversando com Manoel de Barros e Alexandre Guarnieri.

Com a finalidade de explicar por que entende a sala de leitura como território, corroborando Deleuze e Guattari (1996), a autora acredita que um território não é apenas um lugar, pois envolve movimento, tensões e disputas, Secron (2025) traça um histórico da constituição desse espaço.

Sua pesquisa localiza em 1930 a primeira movimentação que mostra preocupação em construir bibliotecas e a influência do escritor Monteiro Lobato nesse processo, com destaque para a implementação de uma biblioteca em Botafogo, sob coordenação da poeta Cecília Meirelles, iniciativa de curta duração (de 1934 a 1937). O Estado Novo, com a perseguição a comunistas e tudo que suscitasse ideias de defesa do comunismo, tendo enxergado no clássico infantojuvenil *As aventuras de Tom Sawyer*, a ameaça vermelha, põe fim ao projeto (Pimentel, 2011).

O diálogo empreendido com Claudia Pimentel (2011) destaca também o aspecto polivalente geralmente atribuídos aos espaços das salas de leitura da Secretaria Municipal de Educação (SME), além da perseguição às artes em geral e à literatura em particular em contextos de conservadorismo e de fragilização da democracia. Nesse contexto, a política proposta pelo então presidente Jair Bolsonaro, justamente no período da pesquisa, não poderia ficar de fora da discussão. E foram vários os episódios analisados no livro lido que envolvem tentativas de controle e de censura a autores e livros voltados para o público jovem. Acresce aos aspectos discutidos, o elemento religioso, responsável por leituras feitas com lentes muitas vezes com algum pé no fanatismo e em teorias conspiratórias.

O capítulo apresenta, então, o percurso histórico das salas de leitura na SME-RJ, a partir do advento dos CIEPs, na década de 1980 e, posteriormente, nos anos 1990, da criação da Empresa Municipal de Multimeios LTDA (Multirio). Destaca ainda a aprovação da lei 12.244, de 2010, que obriga a implantação de uma biblioteca escolar com acervo de pelo menos um livro por aluno. No contexto, o importante posicionamento do antropólogo, sociólogo, político e idealizados dos CIEPs Darcy Ribeiro, que defendia a biblioteca como “centro ativo de aprendizagem” (Ribeiro, 1986, p. 125 *apud* Secron, 2025).

Nesta seção, o debate em torno da legitimidade do uso da expressão biblioteca ou de sala de leitura, algo que passa, conforme Secron (2025) por questões políticas e econômicas, mas também, devemos assinalar, por disputas corporativas do campo da carreira da Biblioteconomia, então em expansão, expõe uma controvérsia que perdura até os dias de hoje, envolvendo a necessidade da presença de uma bibliotecária que se caracterize uma biblioteca.

Isso não evidencia apenas uma dúvida entre nomes do aparato cultural, mas um contexto político, algo explorado no capítulo e como um todo na obra.

Nesse momento também, especialmente em falas das professoras-intercessoras, evidencia-se a questão da formação de professores que trabalham no território sala de leitura. Coloca-se aí uma situação muito frequente no ambiente escolar no que diz respeito às salas de leitura: muitas vezes, em sua função na local, professores designados para o trabalho na sala de leitura, são desviados da sua função, devido a problemas comuns nas escolas, a exemplo do absenteísmo entre docentes, de modo que, convocados, para suprir faltas ou dar conta de outras situações, esse profissional termina por funcionar com uma espécie de *tapa buraco* do cotidiano escolar.

É nesse contexto que as reflexões da professora Simonte Monteiro podem colaborar criticamente para entendermos as disputas sublinhadas por Liliana Secron (2025). Monteiro, informa a autora, esteve por 16 anos à frente da gestão da Gerência de Mídia e Educação da SME-RJ. Essa permanência longa revela a preocupação naquele momento com a continuidade dos projetos e a estabilidade do processo educacional que buscava centralizar práticas leitoras entre os atores das escolas. Além disso, a seção ressalta a importância da formação desses educadores, que deve, propõe a autora, ser inventiva.

A noção de heterotopias (Foucault, 2013), bastante importante para a abordagem aqui analisada ganha maior espaço no capítulo 2, “Heterotopias e princípios das salas de leitura. Acerca das heterotopias, em conversa com Foucault (2013) o livro chama atenção para o fato de estarmos num momento de centralização dos espaços e não mais do tempo, como ocorria no século XIX. Ganha espaço aqui também a noção de experiência, também de acordo com o filósofo francês. A autora acrescenta a necessidade de dar lugar aos sujeitos, utilizando o termo *sujeitoespaçotempo*, num amálgama ilustrativo de seu foco, quer na pesquisa, quer na sua prática cotidiana como sujeito da sala de leitura.

Sendo esse espaço outro, uma certa utopia localiza na materialidade dos espaços, não na impossibilidade, por isso heterotopia, a sala de leitura é vista como ente vivo, em constante mutação, regido pelos elementos que regem uma heterotopia: presença em todas as culturas; capacidade de modificação constante, capacidade de justaposição, ruptura com o tempo tradicional e impenetrabilidade.

O capítulo segue dando destaque para questões políticas do contexto e para o caráter mobilizador da atuação nos espaços em estudo, posto entender-se que agir em defesa do livro

e da leitura é participar da luta por direitos. Nesse contexto, ganha relevo a conversa da autora com a colombiana Silvia Castrillón, entre outras ativistas do livro.

Poeticamente, as reflexões do livro passam por Manoel de Barros e sua poesia sobre a importância das inutilidades, o que se liga a uma das questões indicadas por Simone Monteiro, já mencionada. Monteiro destacou, em fala no evento 19º Salão FNLJ do Livro para Crianças e Jovens, em 2017, preocupação com a tendência utilitarista do trabalho com literatura, muitas vezes *para* determinada tarefa, nem sempre como objeto de fruição.

Assim, caminhamos para o capítulo 3 — “Salas de leitura como dispositivo para uma formação inventiva de professores: uma tecitura de encontros”, que parte da indagação básica: o que é um dispositivo? A seção oferece os elementos sociopolíticos que compõem o espaço da sala de leitura e o tornam dispositivo, o que é definido pela autora, com base nas ideias de Deleuze (1996), que, por sua vez, lê Foucault para entender o problema. Entre os muitos aspectos da abordagem, o texto sublinha o lugar da rede nos dispositivos.

É em rede, que as professoras-intercessoras insistem especialmente na necessidade de formação. Transcrições das conversas entre pesquisadora e essas professoras apresentam vários exemplos de falar que reivindicam formação. Inventiva, acrescenta Liliana Secron (2025).

Aqui, a análise do problema apontado antes, de práticas tapa buraco ganha mais corpo, evidenciando como tais situações dependem muitas vezes do grau de comprometimento dos gestores das unidades escolares. Se mais comprometido, é mais provável que as dinâmicas cotidianas não interfiram ou impeçam o trabalhos nas salas de leitura, mas se, pelo contrário, não há envolvimento, coisas simples podem desmobilizar a sala de leitura.

Nessa parte do livro resenhado, completa-se ainda a linha do tempo com dados preocupantes. Na gestão da SME para o período entre 2017 e 2020 não houve ação que conseguisse “manter/colocar de pé uma proposta coerente de gestão da SME-RJ” (Secron, 2025, p. 114).

Analisa-se ainda documentos, leis, práticas oficiais que dão conta não apenas das complexidades do campo e da legislação que o quadro político reflete, mas também das angústias que acompanham a escrita e trajetória de Liliana Secron, que se mostra ativista comprometida em entender e lidar com os jogos de poder do seu campo de estudos.

Dinâmicas e modelos de gestão, algumas vezes entendidas como certa prática formativa, são discutidos com profundidade, assim como são retomados projetos que

colaboraram para o fortalecimento das salas de leitura da Rede Municipal, mas sempre com uma preocupação com a descontinuidade e as instabilidades.

Vale mencionar a participação da autora em projeto que resultou, como certa recompensa pela participação dedicada em um projeto literário, em uma viagem a Colômbia, país estigmatizado pela imagem de lugar de violência causada pelo narcotráfico, que deve ser mencionado como exemplo de superação de estigmas e imagens caricaturais, pelo seu empenho em mudar por meio de fortalecimento da área cultura, em especial pela experiência com bibliotecas públicas, nas quais além de Silvia Castrillón, destaca-se também Yolanda Ryes. Lá, reforça a autora, houve forte investimento em formação dos profissionais dos espaços escolares de leitura.

Indo em direção ao final desta etapa de seus estudos, deixando brechas abertas e abrindo outras, que levam a outras pesquisas, Liliana Secron, fala de deslocamentos. Tanto sua viagem à Colômbia, quando sua caminhada pelas salas de aula e salas de leitura, tendo atuado como formadora de outras pessoas educadoras, dão protagonismo à ideia de deslocamento.

Reforçando essa metáfora do deslocamento/viagem, lembrando uma caminhada pelo Centro Cultural Banco do Brasil, passeio que, cercado pela obra de Jean Michel Basquiat, em exposição no lugar, colocou-a atenta aos encontros de seu trajeto, no qual ela aponta três portos de parada: O primeiro é justamente o encontro com Basquiat; o segundo envolve o conto *A troca e a tarefa*”, de Lygia Bojunga e, por fim, o porto localizado na sala do Programa Educativo, onde esteve com a poesia de Manoel de Barros.

Depois de análises críticas nem sempre otimistas, chegando ao final, pelo menos por ora, quem lê Liliana Secron, pode se angustiar, pensando: será que esse contexto não muda, ficaremos sempre entre tapa buracos e jogos de cintura e resistência para sobreviver a momentos políticos mais tensos, que incluem perseguição e censura a educadores comprometidos com uma educação que entenda seu sentido político?

Em dado momento, podemos admitir, fica um receio de um desfecho — nos dando licença para usar o termo em relação a um trabalho acadêmico, considerando o esforço de elaboração de uma cartografia repleta de narrativas do cotidiano —, digamos, pessimista.

É aí que Liliana Secron sublinha o potencial desmobilizador desse certezas, o potencial de funcionar como cenário de formação inventiva constante para professores e outros atores do campo, uma formação que propõe acompanhar quem atua no movimento micropolítico ligado à produção de subjetividades. É aí que ela explicita a potência das “salas

de leitura como dispositivo para uma formação inventiva de professores (Secron, 2025, p. 151).

Chegando ao momento de alinhar pontos sem nós, a última seção, então, traz algum refrigério ao evidenciar a sala de leitura como lugar de encontros, lugar por excelência da mudança, do movimento, dos deslocamentos, de algum desconforto também, sem o qual talvez não haja mudanças. É, então, com a ideia de esperar (oposta à espera) num movimento entre; entre o distópico, presente nos versos de Alexandre Guarnieri, outro intercessor de seus estudos, e o devir, num exercício de busca por afirmar a vida o calor da arte enquanto necessidade humana que Secron [não] encerra seu texto. Não nos garante a nós, às pessoas apaixonadas por literatura que se empenham em democratizar o acesso ao livro e a criar políticas e práticas que ampliem o direito à literatura, que a caminhada será sem angústia, mas mostra o quanto vale a pena seguir, seja pelos exemplos de relatos da potência do trabalho, seja pelas reflexões em torno dos passos que temos dado. Por isso, *leitura de Salas de leitura e formação inventiva de professores* é de leitura fundamental.

Referências

- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. O mistério de Ariana. Lisboa: Veja-Passagens, 1996. Disponível em: <http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/artigos/gilles-deleuze-o-que-e-um-dispositivo/view>. Acesso em: 15 out. 2025.
- FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- RIBEIRO, Darcy. O livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- SECRON, Liliana. Salas de leitura e formação inventiva de professores. Dourados (MS): UEMS, 2025.